

AFROS & AMAZÔNICOS



AQUÁ! É ERRADO FALAR ASSIM?

Aquí! Is it wrong to say like that?

Joely Coelho Santiago*

Hélio Rodrigues da Rocha**

Resumo: O Vale do Guaporé/RO, fronteira Brasil Bolívia, se apresenta num hibridismo cultural e linguístico constituído a partir de empréstimos lexicais partilhados entre sujeitos existentes na região, como povos indígenas, afroindígenas, quilombolas e bolivianos. O objetivo deste estudo é analisar a expressão do “aquá”, no cotidiano de populações quilombolas do Guaporé/RO no contato com outros grupos diferentes dos seus, momento esse no qual vivenciam novas experiências linguísticas. Para este estudo, foram utilizados estudos bibliográficos e etnográfico com abordagem qualitativa e fundamentação teórica entretecida entre José Freire (2011), Marcos Bagno (1999), Gayatri Spivak (2010), Jorge Larrosa (2004), Jean Dubois (1989), Frantz Fanon (2008), dentre outros/as. A relevância do tema justifica-se para compreensão sobre características lexicais identificadas na fala de quilombolas mais idosos/as da região em tela, pois acredita-se que proceder registros, nesta perspectiva, pode ser uma alternativa para valorização de palavras e línguas que foram marginalizadas pelo discurso hegemônico, além de contribuir para um banco de dados do patrimônio imaterial no qual se localizam grupos sociais com variadas línguas e culturas.

Palavras-chave: Empréstimos lexicais; Quilombolas; Oralidade; Vale do Guaporé.

Introdução

Você sabe o que é um igapó? Na Amazônia, igapó é um trecho de mata inundada, uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia (...). Enquanto língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa enve-

lhece e só se renova quando vier a próxima cheia. (BAGNO, 1999, p. 10)

Esta epígrafe abre alas deste texto-rio e nos permite problematizar algumas palavras identificadas na fala de quilombolas mais idosos/as do Vale do Guaporé/RO, contudo marginalizadas pela sociedade e seu discurso hegemônico, como se a língua fosse ora móvel ora estagnada como as águas de um igapó. Prova disso, é/foi o vai e vem dos grupos humanos na região em tela intensificados nos ciclos da borracha, antes disso, os espaços desse caudaloso, longo e largo rio fora intensificado a partir da exploração nas minas auríferas pelos irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros, na primeira metade do século XVIII: “notórios sertanistas e predadores de índios, naturais de Sorocaba, os primeiros descobrimentos em 1734, nos locais que foram chamados arraiais de Santana e São Francisco Xavier” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 59-60).

Geograficamente, o Vale do Guaporé está localizado no estado de Rondônia,

* Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/UFAC); Membro no GEIFA, GEPIAA.

** Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduado em Letras-Ingês pela UNIR (1998), graduação em Letras-português pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (1989), mestrado em Letras- Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre – UFAC – (2008); doutorado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2011). Pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2016).



Amazônia Sul-ocidental Brasileira, fronteira Brasil Bolívia. Tem sua nascente na Serra dos Parecis, no estado do Mato Grosso, em um percurso de “1.716km, deste, 1.500km trecho navegável, possui vários afluentes do lado esquerdo e direito com vegetação diversa em tipos de savana e florestas” (MEIRELES, 1989, p. 15).

O Guaporé, colonizado desde o século XVIII, num imaginário europeu, que povoou para além das américas, foi o propulsor que impulsionou a migração de múltiplos grupos sociais para trabalhos nas minas auríferas e, além disso, grandes narrativas de que a região oportunizaria uma vida baseada em bens materiais em um curto espaço de tempo. Essa visão desbravadora pela procura desenfreada do ouro foi constituída com a presença de colonizadores, aventureiros, viajantes e missionários:

assim que chegaram à América, os espanhóis encontraram populações indígenas que conheciam e trabalhavam com esses metais preciosos (...). Muitos proprietários sabiam que africanos oriundos de determinadas regiões da África, sobretudo África Centro-Occidental, tinham muito conhecimento da mineração. (SANTOS, 2017, p. 182-183)

Estudos antropológicos e historiográficos dão conta de que a exploração de pedras preciosas foi, desta forma, a força que impulsionou a vida colonial no Vale do Guaporé, assim como a escravidão de grupos indígenas e negros abandonados à própria sorte, pelos colonizadores, após a escassez das pedras preciosas e demais trabalhos escravistas, momento em que reorganizaram suas vidas nesses espaços de fronteira (TEIXEIRA, 2004). Dito isto, ao longo desse Vale, ao lado da margem brasileira se localizam aldeias indígenas, comunidades quilombolas e comunidades ribeirinhas, sendo que às margens lado boliviano há a presença de comunidades bolivianas.

Nesta direção, é oportuno mencionar que o objetivo deste estudo foi apresentar a expressão “aquá” utilizada na fala de qui-

lombolas desse Vale, sobretudo aqueles narradores/as mais idosos/as. O registro e análise dessa expressão foi possível a partir de objetivos específicos: a) discussão teórica sobre o tema de estudo; b) identificação, análise e registro do contexto de uso do “aquá” na fala de quilombolas da região específica.

A pesquisa bibliográfica e etnográfica foi desenvolvida nos meses de outubro a dezembro de 2022 através do registro de narrativas orais por meio de estudos semânticos e lexicológicos em que os contextos de uso foram levados em consideração para interpretação dos dados fundamentados a partir de José Freire (2011); Marcos Bagno (1999); Gayatri Spivak (2010); Jorge Larrosa (2004); Jean Dubois (1989), Frantz Fanon (2008), dentre outros/as. No que diz respeito ao levantamento histórico-geográfico do Vale do Guaporé/RO, Marco Teixeira, Dante Fonseca (2003); Lurdes Bandeira (1988) e Cecília Meireles (1989).

A partir da “arte de escuta¹”, narrativas de homens e mulheres quilombolas do Guaporé/RO com idade entre 78 e 92 anos de idade nos oportunizaram interpretar dados e informações sobre a temática linguística citada. São sujeitos sociais, guardiões de memórias, que nasceram e foram criados na região numa época onde medicina institucionalizada e educação escolarizada foram inseridas por colonizadores e missionários da religião dominante. A relevância da temática justifica-se mediante a possibilidade de visibilidade e compreensão das características lexicais, culturais e linguísticas identificadas na fala de quilombolas desse Vale.

Caudaloso, longo e largo: Guaporé e aportes teóricos

Para discutir a história social das línguas no Brasil, Bessa Freire (2011) mergulhou em fontes manuscritas e impressas encontradas em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras. Em seu estudo, o autor enfatiza a importância de percorrer

1. Ver mais em Alessandro Portelli (2016).



outros caminhos e problematizar os já ditos, ao mesmo tempo em que nos mostra um panorama histórico linguístico pouco documentado, e por isso carregado de um grande número de equívocos e ideias pré-concebidas.

Sobre a Língua portuguesa que falamos na terra, no ar e na água em contexto brasileiro, segundo Freire, é um presente europeu deixado em forma de “herança”, um “presente grego”, a partir de um testamento no século XVI, mais especificamente nos anos de 1580 regido por Luís Vaz de Camões, em seu leito de morte. Documento esse lido tempos depois, em 1825, quando o João Batista da Silva Leitão de Almeida Garret (1799-1854) (FREIRE, 2011, p. 32) publicou o poema Camões. Antes disso, estudos atestam que ninguém falava a língua portuguesa na Amazônia, e sim,

cerca de setecentas línguas indígenas, todas elas ágrafas, depositárias de sofisticados conhecimentos dos campos das chamadas etnociências, das técnicas e das manifestações artísticas, que eram transmitidos através da tradição oral e diversos tipos de narrativas. 9 FREIRE, 2011, p. 15)

O desejo documentado de Camões foi seguido à risca através de missionários, soldados e funcionários afins, que determinaram que fosse realizado um reordenamento da língua falada em toda a área amazônica. A Língua portuguesa permaneceu no discurso de administradores em geral até metade do século XIX, quando a partir desse período os falantes indígenas da Língua portuguesa foram abandonando, cada vez mais, suas línguas maternas ao mesmo tempo em que a língua europeia conquistava mais falantes e espaço no contexto amazônico (FREIRE, 2011).

Em dias atuais, temos “mais de cem mil línguas indígenas cujos usuários resistiram e foram capazes de preservá-las, cuidando, zelando e cuidando por elas, mesmo em condições históricas adversas” (FREIRE, 2011, p. 33). Em decorrência desse contato, a língua geral ou nheengatu

foi uma forma de comunicação interétnica falada em comunidades indígenas, povoações, cidades e vilas (FREIRE, 2011).

Com os estudos de Freire (2011), podemos interpretar que as línguas faladas na Amazônia vivenciaram diversos espaços, atravessaram fronteiras e séculos, cortaram espaços afins onde cada uma tinha lugar de destaque, enquanto outras se fragmentavam, se mesclaram e/ou “re-existiram linguisticamente”:

Um exemplo clássico e não menos importante que pode ser dado é o já conhecido contato dos povos indígenas, principalmente os da costa brasileira, com os europeus no século XVI. Este contato, a princípio sem grandes consequências para ambos os povos, foi adquirindo, ao longo do tempo, proporções alarmantes no que se refere à imposição sociocultural – particularmente à imposição linguística – da cultura europeia sobre os povos indígenas, produzindo a dizimação de várias línguas autóctones e levando ao desenvolvimento da base para o processo de desvitalização de tantas outras nos tempos atuais. (SOUZA, KAXINAWÁ, 2019, p. 155)

Em decorrência desse amplo contato e difusão, observa-se uma política homogeneizadora liderada por grupos dominantes e um bilinguismo cultural no qual povos de múltiplas línguas estiveram inseridos compartilhando seus modos de vida e costumes. Em paralelo à essa condição linguística e social, pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com essa temática questionaram arquivos, bibliotecas e documentos oficiais para evitar um contínuo desaparecimento de línguas. Embora seja difícil saber se esses trabalhos tenham surtido algum efeito, na prática.

A presença europeia foi materializada, e por isso ainda é amplamente vista quando olhamos ao nosso redor os monumentos e construções [igrejas, teatros, estátuas de pessoas heroificadas, palácios, etc.] nos espaços brasileiros. E sendo Amazônia um conceito, e em consequência disso, uma borracha que silencia/apaga/borra/reduz toda uma multiplicidade dos mundos amazônicos, essa estética que faz parte do



patrimônio histórico da humanidade marginaliza toda a violência praticada sobre os povos não europeus (ALBUQUERQUE, 2016; CORAZZA, 1996).

Há um incansável projeto desenvolvimentista que insistiu em tirar grupos minoritários do atraso, de maneira que exploram suas terras férteis para fins de pastagens e agronegócio, os rios para a produção de energia elétrica, ao passo em que “encurrala” essas populações para as periferias dos centros urbanos (BENCHIMOL, 1999; SOUZA, 2017). Uma das formas de diferenciação usada pelos grupos dominantes foi a língua, tida como homogênea e fixa.

Para Jorge Larrosa (2004), a língua é heterogênea e está em constante mudança. De acordo com esse autor, existe no interior de cada língua muitas diferenças, justamente porque, entre os falantes de determinada língua, vários fatores devem ser levados em consideração, como escolaridade, idade, classe social, gênero, condição econômica, profissão, geográfica e etc. Então, segundo Larrosa, cada falante fala uma língua particular ao mesmo tempo em que fala várias línguas, por isso “toda língua é atravessada por muitas línguas, uma língua que não é nunca idêntica a si mesma, habitar uma língua inapropriável, a estranheza de nossa própria língua, a experiência de que nossa própria língua não nos pertence (LARROSA, 2004, p. 131).

De acordo com Dubois, léxico é o “conjunto das unidades que forma a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor etc.” (DUBOIS, 2001, p. 364). Câmara Junior (2009) corrobora que léxico são “vocábulos que dispõe uma língua dada. Em sentido especializado, a parte dos vocábulos corresponde às palavras ou vocábulos providos de semântica, ou vocábulo que é lexema” (JUNIOR, 2009, p. 194). O contato de línguas entre povos existentes e povos diásporos à região de Mato Grosso e Rondônia estimulou empréstimos linguísticos entre aqueles que transitaram nesses espaços.

Florestas e seres humanos foram tombados como objetos e impedimentos para a luz e o progresso. Nos duelos para sobrevivência, muitos resistiram como podiam adentrando matas e rios utilizando a natureza como rota de fuga, domesticando plantas e animais que encontravam pelo caminho e reorganizando suas vidas “estabelecendo laços e trocas que implicam em definir sobrevivências, reordenar existências, produzir valores, saberes e sentidos à vida” (ALBUQUERQUE; ISHII, 2014, p. 196).

E nesse caldeirão linguístico e cultural, alguns léxicos mantiveram-se na fala dos grupos da região e, no caso deste estudo, dos quilombolas mais idosos/as que adotaram formas lexicais alterando/mesclando/hibridizando o léxico inicial, formando campos semânticos específicos. O “aquá” aparece comumente na fala dos quilombolas de mais idade, em contrapartida, os mais jovens, principalmente aqueles que migraram para municípios mais populosos, têm evitado a língua de seu povo, seja por medo ou por vergonha de sofrerem o nomeado “preconceito linguístico”, cujo é visto em relação ao “regionalismo, sotaques e diferenças socioculturais” (BAGNO, 1999, p. 25).

“Pode o subalterno falar?”, questiona Gayatri Spivak (2010) ao refletir sobre o sujeito subalternizado. Segundo Spivak (2010, p. 12), sujeito subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros no estrato social dominante”. O léxico falado no Vale do Guaporé é uma mistura de palavras e fenômenos linguísticos entre população quilombola, boliviana, indígena e ribeirinha, como assimilação e degeminação (AMARAL; ANGENOT, 2009).

Os quilombolas do/no Guaporé mantêm em suas narrativas palavras de origem negra, indígena e/ou afro-indígena, além de algumas com pronúncia e nomenclatu-



ra castelhana (uma das línguas falada na Bolívia): desaiuno², quilé³, peta⁴, além disso, alguns processos fonético-fonológicos e morfossintáticos podem ser vistos em suas falas: “O Hemi tevi aqui i já foi, veio pasá u casamento du irmon. Mais o Hermi deu uma ajuda muito boa, olha qui di noiti u Filipi num pôdi pegá nu carru. Pra leva u Filipi u Hermi qui levó nu carron vermei” (SANTIAGO; PINTO, 2017, p. 13).

Aqui, cabe-nos mencionar sobre a inserção de programas televisivos e de rádio que muito altera a dinâmica das populações tradicionais, principalmente dos mais jovens, pela não representatividade e, além disso, quando quadros de “humor” se apresentam com piadas depreciativas sobre a variedade da língua nas comunidades mais afastadas. Os livros didáticos e ensinamentos repassados nas salas de aula mostram realidades diferentes dos sujeitos regionais, contudo vistos como verdades absolutas que não deveriam ser questionadas. Vale lembrar o que nos ensina Bagno (1999, p. 9): “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, o mapa-mundi não é o mundo... Também a gramática não é a língua”. Por conseguinte:

qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 1999, p. 38)

Ancoramo-nos agora em leituras decoloniais para pensar o lugar do povo marginalizado no caudaloso, longo e largo pela sociedade escravista, sexista, classista e racista que mercantilizou a região desde o século XVIII. Em tempos atuais, tornar-se invisível foi uma válvula de escape contra os episódios de ataques e situações de constrangimentos que crianças e adoles-

2. Desaiuno: primeira refeição; café da manhã.
3. Quilé: Taxa de imposto cobrada nos ciclos da borracha.
4. Peta: quelônios.

centes quilombolas vivenciam em contextos diversos, dentre eles a escola.

Calar-se, muitas vezes, foi um alívio para não sofrerem o denominado “racismo recreativo⁵” quando verbalizam palavras com os grupos diferentes dos seus: “Disseram que eu era feia, que eu num sabia falar. Ouvi muito isso⁶”. A identificação de palavras pronunciadas pelos mais idosos/as das comunidades como o “aquá” é um desses resquícios lexicais que ainda resistem ao tempo e a mobilidade da língua. Não obstante, os quilombolas mais idosos/as, pois são eles que mantêm em suas narrativas algumas dessas palavras de origem indígena e/ou negra, como é o caso do “aquá”.

Aquá! é errado falar assim?

“Vavá, seu Cavaquinho, Jorge Grego, Raimundo, Sebastião Mota... Aquá! Esse tudo era marreteiro. Tinha muito marreteiro nesse rio. A gente vendia borracha pra eles, e eles vendia o rancho pra nós. Tinha deles que se tinha saldo, eles dava o dinheiro⁷”. Essa condição em que os grupos extrativistas estavam inseridos, muitas vezes, mantinha-os presos uns aos outros durante o acerto/atualização de dívidas entre seringalista e seringueiro na época do ciclo da borracha:

A borracha você ainda tinha que fazer, às vezes comprava até fiado pra poder pagar depois. O lucro maior era de quem comprava. No tempo do Soldado da Borracha, foi o tempo que mais a borracha valeu, né... era oito o quilo. Aquá.. Os americano pagava vinte e quatro pros patrão lá pra fora, né... pro Governo Brasileiro. O Governo Brasileiro só pagava oito pra gente que cortava. Aquá! Mas era o único dinheiro que dava pra nós pegar pra comprar alguma coisinha.⁸

As narrativas oportunizam interpretar alguns dos contextos de subordinação que as famílias trabalhadoras estavam inseri-

5. Ver mais em Adilson Moreira (2019) “Racismo recreativo”.
6. Narrativa da Sra. Francisca, 91 anos de idade.
7. Narrativa da Sra. Aniceta, 83 anos.
8. Narrativa da Sra. Francisca, 91 anos de idade.



das, em meio a taxas de imposto e compras a prazo, nos ciclos de extrativismo da borracha e, mais adiante, nas outras atividades extrativistas que dariam continuidade à relação de dependência entre eles – família extrativista e seringalista”: “a castanha era medido na lata. “Aquá... e eles queriam a lata sacudido e com a cabeça. Se era na borracha, eles inventaram uma tal de “tara⁹”, que eu não sei. Hoje não tem mais. Era só pra tirar do pobre que já não tinha¹⁰”. Como é possível analisar, mesmo após ciclos da borracha, a relação de dependência econômica se atualizava a partir de outras atividades produzidas no interior da Mata pelos trabalhadores sob vigilância dos patrões, em que, também, eram cobradas taxas de impostos no ato de ganhos e perdas da safra.

No Vale do Guaporé, há em dias atuais menos de dez comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares – Pedras Negras, Santa Fé, Santo Antônio, Tarumã, Porto Rolim, Ilha das Flores, Laranjeiras, Santa Cruz, Jesus, localizadas no vale do Guaporé. Em grande maioria, seus moradores ainda estão no aguardo da demarcação e titulação das terras herdadas de seus antepassados. Não obstante, seus antepassados conseguiram sobreviver na companhia de indígenas que também fugiam do trabalho de escravidão (BANDEIRA, 1988) para os chamados “quilombos”¹¹.

E, especificamente sobre os trabalhos na produção da borracha, os quilombolas, os indígenas e demais grupos sociais existentes participaram de todas as

9. Tara: tipo de imposto ao dono do seringal.

10. Narrativa da Sra. Francisca, 91 anos de idade.

11. 1. Quilombo: sm. Bras. Esconderijo de escravos fugidos. Quilombola. Bras. Negro refugiado em quilombo. 2. Quilombo sm. Casa ou lugar no mato onde se refugiavam os escravos fugidos. Quilombola s.m. e f. Bras. Escravo ou escrava, outrora, refugiados em quilombos. 3. Quilombo. [Do quimbundo, quicongo e umbundo lumbu, ‘muro’, ‘paliçada’, donde kilumbu, ‘recinto murado’, ‘campo de guerra’, ‘acampamento militar’, ‘povoação’, ou do umbundo kilombo, ‘associação guerreira’.] Substantivo masculino (AMARAL; ANGENOT, 2009).

etapas dessas atividades. Anualmente, as famílias extrativistas arrendavam terras produtivas dos seringalistas, aqueles que se intitularam “patrões”, “donos dos castançais”. Os patrões, dentro das colocações de seringa, montavam barracões com gêneros alimentícios e mercadorias em geral para comercializar a prazo com os seringueiros. Não obstante, antes mesmo de iniciar os trabalhos de produção da borracha as famílias já estavam endividadas.

Nessa época de extrativismo da seringa, havia a produção da borracha defumada, também nomeada borracha de sarnambi. Esse tipo de produção tinha um peso que variava entre cinquenta e oitenta quilos, sendo que cinquenta quilos eram descontados para pagar o “aluguel”, “frete” e/ou “arrendamento” ao dono do seringal. No lado brasileiro a taxa desse aluguel era nomeada “tara”, sendo no lado boliviano conhecida como “quilé”.

A gente tinha até um negócio de pagar o que o boliviano falava “quilé” e o brasileiro falava “pagar frete do seringal”. Meu pai sempre pagava, quando eu me entendia por gente [adulta] era cinquenta quilos que ele dava. Lá onde meu pai cortava era o Balbino Maciel que passava pra pegar a renda. Que era aquele cinquenta quilos que pagava pro tempo que cortou, né. Aquá, todo ano tinha que pagar. Depois descobriu que o seringal não tinha dono, mas já bem depois de muito trabalho.¹²

Em outras palavras, a contabilidade nos ganhos e perdas em que apuravam débitos e créditos de mercadorias e produtos podem ser classificados como sistema de escambo colonial. E esse tipo de sistema, como dito, mantinha as famílias presas por muito tempo. Raramente os trabalhadores (homens, mulheres) conseguiam tirar algum saldo no acerto dos lucros e prejuízos com o dono do seringal (BENCHIMOL, 1999).

Em tempos atuais, as famílias afrodescendentes que residem nas comunidades remanescentes sobrevivem em meio a

12. Narrativa do Sr. Ernesto, 70 anos de idade.



projetos desenvolvimentistas, agronegócio e escassez de políticas públicas. Muitas das terras já foram vendidas pelas famílias, atraídas por ofertas de compras de agropecuaristas. Essa evasão justifica-se devido à falta de escolas e professores para ministrar aulas, postos de saúde com atendimentos específicos, principalmente para idosos, crianças, deficientes e gestantes. Sendo assim, famílias têm migrado cada vez mais para áreas com maiores oportunidades de vida e trabalho.

Abaixo, contextos de uso do “aquá” em trechos de narrativas pronunciados por quilombolas do Vale do Guaporé/RO (Tabela 1).

Tabela 1 – Contextos de uso do “aquá” em trechos de narrativas no Vale do Guaporé

Sentido	Contexto de uso
Indignação	- Disseram que a castanha em Mategá (distrito da Bolívia) está melhor. - Aquá! Então, vá pra lá!
Espanto	- Vendi 30 barricas (saca da castanha), mas não deu pra quase nada... - Aquá... E você esperava quanto?
Algo sem fundamento	Aquá! Vôti... É errado falar assim?

Como podemos observar, o uso do “aquá” aparece em várias funções linguísticas, sendo que seu significado pode variar de acordo com cada contexto em que ele aparece. Além disso, a forma como essa palavra é verbalizada altera-se também o seu significado. O “aquá” é uma expressão identificada na fala dos/as quilombolas mais idosos/as, e como dito anteriormente, tem sido evitada pelos mais jovens que optaram em migrar para outros locais. Esse controle de suas falas pode ser justificado como forma para retaliações, preconceito linguístico ou coisa parecida: “no paroxismo da dor, só há uma solução para o infeliz preto: provar sua brancura aos outros e sobretudo a si mesmo” (FANON, 2008, p. 179).

Considerações

A pesquisa apresentou aspectos relevantes sobre os falares de quilombolas

do Vale do Guaporé/RO, pois carregam em suas narrativas marcas da colonialidade e falares regionais em meio a estratégias de sobrevivência com outros grupos sociais existentes, negros, indígenas, bolivianos e seringalistas de nacionalidades diversas que foram para a região atraídos pelo lucro – ciclo do ouro, da borracha, da castanha, da poaia¹³ etc.

O contexto da pesquisa, Vale do Guaporé – RO, sobretudo narrativas de pessoas idosas que nasceram e cresceram na região, manteve algumas peculiaridades tanto nos falares quanto nos modos de vida, na culinária, na música etc. É oportuno mencionar que a região tem sido procurada por turistas estrangeiros na época em que as águas estão baixas, a nomeada “temporada”. Durante a temporada, há comunicação entre estrangeiros e pessoas locais que buscam estratégias para expressar/verbalizar o que necessitam nas comunidades quilombolas.

A temporada é uma época muito aguardada pelas famílias quilombolas, sobretudo aquelas que oferecem pousadas para hóspedes, dentre elas, as comunidades quilombolas Pedras Negras e Porto Rolim, que acolhem turistas, anualmente, para a prática da pesca esportiva e lazer longe de seus locais de origem. Além disso, o momento é aguardado, também, porque oferece às famílias quilombolas locais trabalhos temporários, como o de pirangueiro¹⁴, cozinheira e lavadeira. A outra fonte de renda continua sendo a coleta de castanhas, momento em que as famílias se embrenham para dentro da Mata amazônica em meio a animais peçonhentos e perigosos, como cobras, onças, porcos e demais animais selvagens.

Por fim, a pesquisa se torna relevante para a valorização de alguns aspectos identitários e linguísticos, além da possibilidade de preservação de linguagens e identidades da/na região amazônica, pois

13. Poaia: raiz medicinal.

14. Piloto de voadeira motor HP40.



foi possível vislumbrarmos uma cheia nas águas de igapó da gramática normativa, uma vez que, o “aquá” é ainda visto como aberração nos dicionários da Língua portuguesa, bem como a apropriação desses e de outros termos linguísticos em produções narrativas, poéticas e etc. como forma de valorizar e divulgar o Guaporé e suas gentes e, obviamente, suas/nossas identidades amazônicas.

Referencias

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). *Uwa 'kürü – Dicionário Analítico*. Rio Branco: Nepan, 2019. p. 74-97.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ISHII, Raquel Alves. Cultura e Natureza, Arte e Política na Amazônia acreana. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 195-210, abr./jun. 2014.

AMARAL, Gustavo Gurgel do; ANGENOT, Jean-Pierre. Quilombo e Remanescentes Quilombolas: uma discussão conceitual e legal. In: AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do (Org.). *Multiculturalismo na Amazônia: o singular e o plural em reflexões e ações*. Curitiba: CRV, 2009.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56ed. São Paulo: Parábola editorial, 1999.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber et al. *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de Linguística*. São Paulo, Cultrix, 1989.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira – Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LARROSA, Jorge. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Tradução de Cynthia Farina. Belo Horizonte : autêntica, 2004.

LUCIANO, G. J. dos S. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 26, n. 62/1, p. 295-310, 2017.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiões da Fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1989.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo. Feminismos plurais*. Edição revista em parceria com a Polén Livros, 2019.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte de escuta*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo : Letra e Voz, 2016.

SANTIAGO, Joely Coelho Santiago; PINTO, Auxiliadora dos Santos. A presença de bantuísmos na fala de mulheres negras da comunidade remanescente de quilombolas, no Vale do Guaporé/RO: um estudo semântico-lexical. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé*, v. 5, n.1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br>. Acessado em: 18 nov 2022.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil afrodescendente*. 1.ed.- Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SOUZA, João José Veras de. *Seringalida-de: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta*. Manaus: Valer, 2017.

SOUZA, Shelton Lima de; KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima. (Re)existência linguística. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). *Uwa 'kürü – Dicionário Analítico*. Rio Branco: Nepan, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regi-



na Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Campesinato Negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. 2004. 541 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sustentável) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional: Rondônia*. Porto Velho: Rondoniense, 2001.

-----//-----

Abstract: The Guaporé Valley/RO, Brazil-Bolivia border, presents itself in a cultural and linguistic hybridism constituted from lexical loans shared between subjects existing in the region, such as indigenous peoples, afro-indigenous peoples, quilombolas and Bolivians. The objective of this study is to analyze the expression of “aquá”, in the daily life of quilombola populations from Guaporé/RO in contact with other groups different from their own, a moment in which they experience new linguistic experiences. For this study, bibliographic and ethnographic studies were used with a qualitative approach and theoretical foundation intertwined between José Freire (2011), Marcos Bagno (1999), Gayatri Spivak (2010), Jorge Larrosa (2004), Jean Dubois (1989), Frantz Fanon (2008), among others. The relevance of the theme is justified for understanding the lexical characteristics identified in the speech of older quilombolas in the region in question, as it is believed that registering, in this perspective, can be an alternative for valuing words and languages that have been marginalized by the hegemonic discourse, in addition to contributing to a database of intangible heritage in which social groups with different languages and cultures are located.

Keywords: Lexical borrowings; Quilombolas; Orality; Guapore Valley.

Recebido em: 09 de janeiro de 2023.

Aceito em: 15 de abril de 2023.